

Desalento no Brasil: Caracterização e Impactos da Pandemia

Bianca Maria Lobato, Ergon Cugler de Moraes Silva, Letícia Figueiredo Collado, Marcelo Nakamura Saito, Yasmin de Sousa Pinheiro¹, Cristiane Kerches da Silva Leite²

Introdução

A crise política e econômica iniciada em 2014 levou a uma queda acumulada do PIB de 3% entre 2014 e 2018. Os impactos no mercado de trabalho se traduziram em um aumento do desemprego, da subutilização da força de trabalho e da informalidade. Chama a atenção a elevação do número de desalentados – os que desejam trabalhar, porém, não procuraram trabalho – entre 2014 a 2019 (SABOIA et al, 2019). O advento da pandemia da COVID-19 sugere impacto ainda maior no que diz respeito à taxa de desocupação (desemprego) e à taxa de desalento. Segundo Costa (2020), os impactos mais severos da crise econômica na pandemia têm atingido os 37,3 milhões de trabalhadores informalizados e precarizados. Neste texto pretende-se mapear aspectos das características do desemprego por desalento por meio de indicadores do mercado de trabalho da PNAD Contínua 2014-2019 e da PNAD-COVID nos meses de maio a setembro de 2020, focados na questão dos desalentados totais e temporários.

1 Graduandos em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

2 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

As hipóteses são de que: i) o auxílio emergencial, até sua vigência, mantinha parte dos desalentados em isolamento, o que aliviava a taxa de desocupação; ii) com o fim do auxílio no final de 2020 somado à retomada descoordenada das atividades, há risco potencial de parte dos desalentados temporários (originários das condições de isolamento) engrossarem o estoque de desalentados totais (composto pelos desalentados anteriores à pandemia e os temporários), em um cenário econômico pouco alentador em 2021.

Desalentados: Caracterização e Mercado de Trabalho

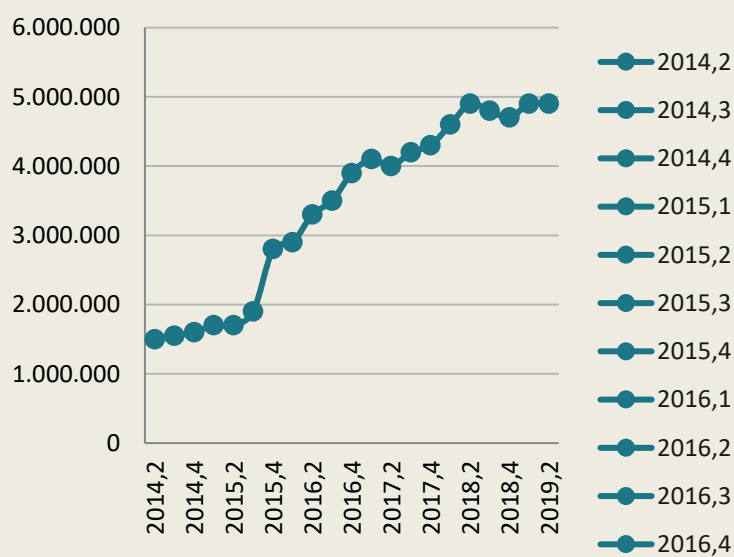
O desalento é uma categoria do mercado de trabalho, que designa as pessoas que gostariam e estariam disponíveis para trabalhar, mas por acreditar que não encontrariam, não procuraram trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), existem diversos motivos para ocorrer: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho por conta da idade, não ter experiência profissional, qualificação, etc.

A dinâmica do mercado de trabalho pode ser entendida a partir da análise da População Economicamente Ativa (PEA), dividida entre ocupados e desocupados. A PNAD Contínua mostra que, no segundo trimestre de 2019, a PEA contava com 106 milhões de pessoas. Desses, 12% eram desocupados (pessoas que não trabalham, mas buscaram emprego na semana de referência). Dentre os ocupados, existem os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas que atingiram mais de 7 milhões de trabalhadores (SABOIA et al, 2020). A população subutilizada é composta por uma parcela da PEA (desocupados e subocupa-

dos) e de pessoas fora da PEA, representada pela força de trabalho potencial (IBGE, 2018). Os desalentados fazem parte deste último grupo, em conjunto com aqueles que buscaram por emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência, sendo estes cerca de 8,3 milhões de brasileiros no período analisado.

A análise dos dados da PNAD Contínua sugere crescimento do desalento no Brasil, sobretudo desde o terceiro trimestre de 2015 (Gráfico 1). No segundo trimestre de 2019, eram 4,9 milhões, dos quais 62,9% justificavam a situação por não haver trabalho na localidade e 19,5% por não conseguir trabalho adequado. Cerca de 3,5 milhões dos desalentados (71%) não trabalharam nem ao menos 1 hora, ao longo do último ano. Na pandemia, confirma-se o perfil do desalentado delineado em Saboia et al (2020): 78,8% das mulheres desalentadas não trabalharam no último ano da pesquisa, contra 61,4% dos homens desalentados.

Gráfico 1. Desalentados por trimestre (2014-2019)



Fonte: Saboia et al, 2020 a partir da Pnad Contínua/IBGE

A PNAD Contínua também apresenta diferenças no nível de escolaridade. Há concentração considerável de mulheres desalentadas com Ensino Médio Completo (30,1%) frente aos homens (18,7%), refletindo a distribuição da escolaridade na PEA (SABOIA et al, 2020). O perfil médio do desalento no Brasil em 2019 é: mulher preta/parda, com ensino fundamental incompleto, residente no NE (região com falta de oferta de trabalho) (SABOIA et al, 2020).

Análise da PNAD-COVID: Auxílio Emergencial e Isolamento Social

Os dados da Tabela 1 sugerem mudança na dinâmica dos desalentados, em função da crise da pandemia. O isolamento social criou os *desalentados temporários*, pessoas que estão nesta situação unicamente devido à pandemia ou por falta de trabalho: um subconjunto do total de desalentados que, somente em setembro de 2020, somava 15,98 milhões de brasileiros. Essa mudança exigiu adaptações metodológicas na pesquisa da PNAD-COVID (com relação à PNAD Contínua), que ocorreu até novembro de 2020, em caráter experimental, a fim de investigar as condições excepcionais do mercado de trabalho durante a pandemia. A Tabela 1 reúne os indicadores gerais da situação no mercado de trabalho em números absolutos (milhões de pessoas).

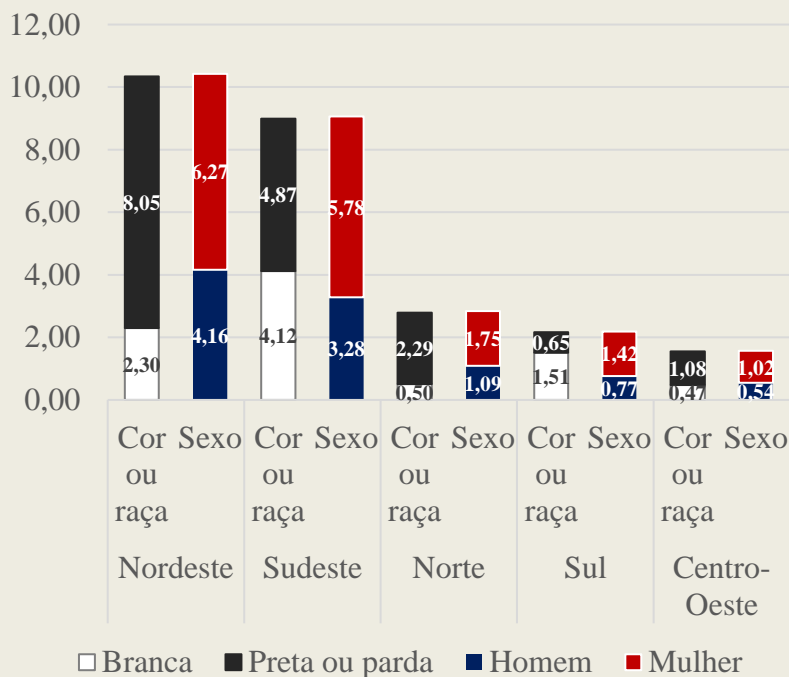
Tabela 1. Indicadores gerais da situação no mercado de trabalho no Brasil da PNAD-COVID (em milhões de pessoas) (maio a setembro de 2020)

Indicador	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Pessoas ocupadas	84,4	83,85	81,48	82,14	82,93
Pessoas desocupadas	10,13	11,82	12,25	12,93	13,49
Pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar	26,29	26,73	28,25	27,19	26,08
Pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, mas que gostariam de trabalhar	18,46	17,82	18,93	17,51	15,98

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2020)

O contingente total de desalentados apresentou crescimento expressivo nos primeiros três meses de pandemia, atingindo seu pico em julho, comportamento que se repetiu no subconjunto de desalento temporário (Tabela 1). Há diferenças regionais (como apontado na Tabela 2): Norte e Nordeste foram regiões com maior percentual de desalentados, 44,3% do total de pessoas que se encontravam fora da força de trabalho, em setembro. A região Sul apresentou o percentual mais baixo, com 22,9% do total de pessoas fora da força de trabalho em situação de desalento.

Gráfico 2. Desalentados por região, cor ou raça e sexo, em setembro de 2020 (em milhões de pessoas)

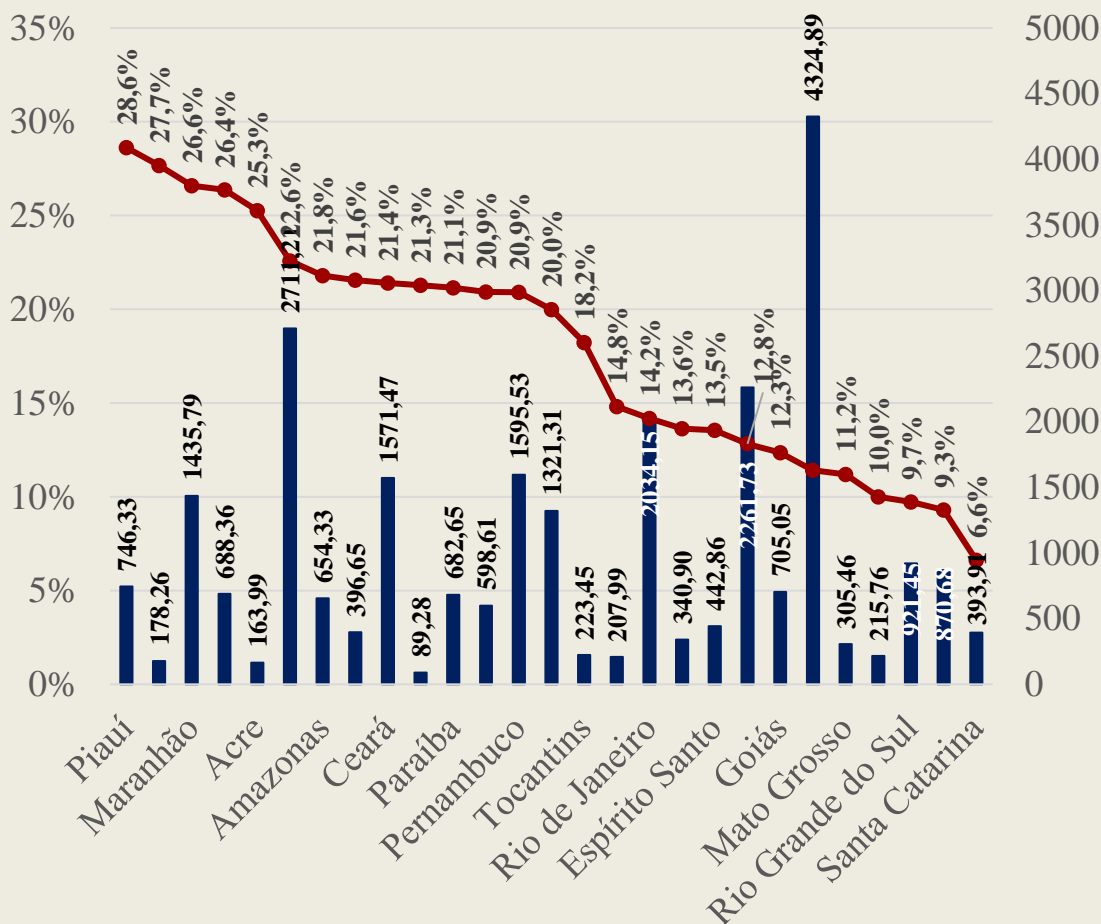


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2020)

O Gráfico 2 sugere considerável aumento do número de desalentados no país: quase 40% se encontram no NE, são negros e em sua maioria, mulheres, resultados que se aproximam dos encontrados por Saboia et al., (2020). Destaca-se também a incidência no SE, possivelmente pelo tamanho do mercado de trabalho e quantidade de trabalhadores afastados devido à pandemia. A maior incidência de mulheres desalentadas sugere que se verificou piores condições no mercado de trabalho, em virtude do fechamento de creches e escolas, entre outros fatores já mapeados em recentes trabalhos (Barbosa et. al. 2020; Guimarães e Verbicaro 2020).

Gráfico 3. Desalentados totais por estados, (em mil pessoas) (azul) e proporção de desalentados em relação à População em

Idade Economicamente Ativa (PIA) (%) (vermelho), por UF (setembro/2020)

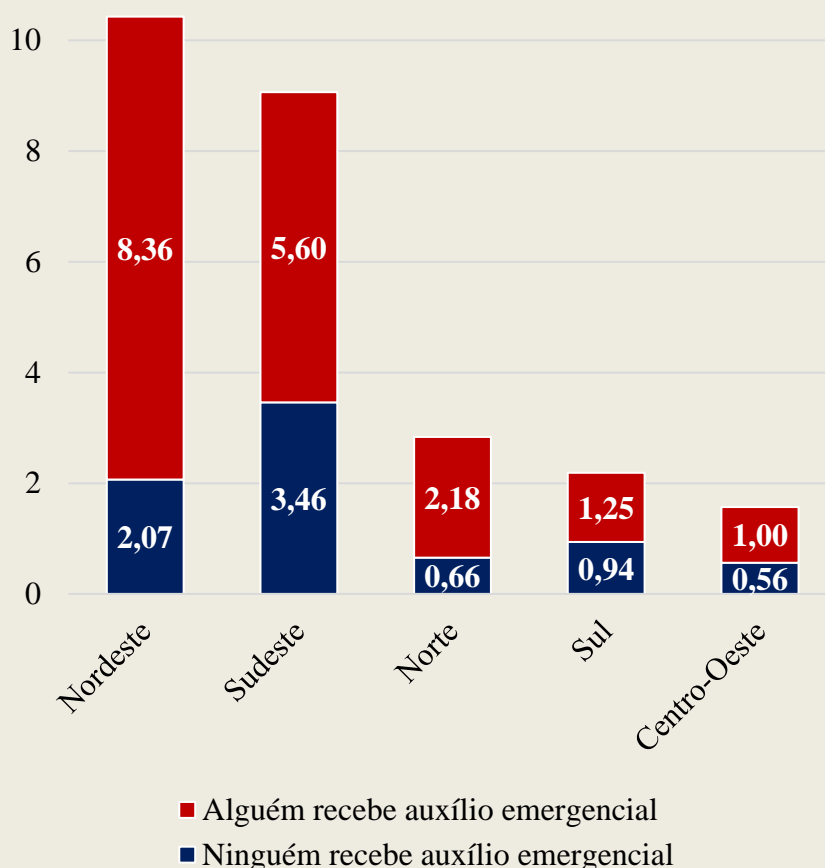


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2020

Os dados sobre os desalentados têm apontado para padrões já delineados em Saboia et al. (2020): historicamente, as regiões mais afetadas são o NE e o SE (59,9% dos desalentados no NE) e são jovens de 14 a 29 anos (46,8%). É importante pontuar, entretanto, que o grande número de desalentados em um estado não necessariamente se revela como uma proporção significativa de PIA. No caso de São Paulo, os mais de 4 milhões de desalentados representam 11,4% da PIA do estado; enquanto, Piauí e Amapá apresentam proporções de desalento expressivamente maiores — 28,6% e 27,7% da PIA, respectivamente.

Nota-se ainda que parcela considerável do total de desalentados são residentes em domicílios em que alguém recebe auxílio emergencial, informação que contribui para melhor compreender o perfil do desalento na pandemia. É possível observar no Gráfico 4 que o Nordeste apresenta não só a maior quantidade de desalentados, mas a maior proporção destes que residem em domicílios em que alguém recebe auxílio emergencial — 80,2% do total (8,36 milhões).

Gráfico 4. Desalentados residindo em domicílios onde há ou não recebimento do auxílio emergencial, por região (milhões de pessoas) (setembro/2020)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2020)

A situação agravada do desalento se articula com a demanda por auxílio emergencial. Os dados sugerem que a parcela de desalentados que residem em domicílios em que alguém recebe auxílio emergencial cresceu. Este grupo correspondia a 70,5% do total de desalentados em setembro/2020 (18,39 milhões), porcentagem que permanece maior do que a do início da pesquisa — de 63% em maio (16,55 milhões).

Considerações Finais

O contingente de pessoas em situação de desalento na crise atual é heterogêneo, caracterizado não só por aqueles que já estavam nesta situação, mas os que foram conduzidos devido à retração da atividade econômica na pandemia. É possível afirmar, em hipótese, que há uma dinâmica entre os desalentados e os desocupados. Com o fim do auxílio, parcela expressiva das pessoas em situação de desalento temporário ou por falta de trabalho deverão, em breve, deixar de receber parte ou a totalidade de sua renda, o que os levará a procurar trabalho. Com isso, devem migrar para o contingente de desocupados. Por outro lado, parte dos desalentados temporários deve também permanecer em situação de desalento de forma permanente. De qualquer forma, o impacto negativo expressivo do fim do auxílio emergencial deverá ter efeitos no mercado de trabalho que vão além da dualidade emprego/desemprego, impactando o já significativo grupo de pessoas que se encontram em situação de desalento, precariedade e informalidade.

O auxílio emergencial reprime, ao menos parcialmente, a retração econômica ao injetar recursos na economia via consumo das famílias. Desta forma, o encerramento abrupto do auxílio

também afeta o mercado em sua totalidade (comércio e serviços). Sem dúvida é um dos instrumentos possíveis, que poderiam envolver políticas setoriais de incremento à oferta de postos de trabalho como microcrédito, subsídios e linhas de créditos, programas de incentivo à contratação, entre outros.

O fim do auxílio e a descoordenação federativa na produção de respostas governamentais ao combate à COVID somam-se a processos que já vinham ocorrendo desde o golpe parlamentar (Leite e Fonseca 2018): a precarização e a informalidade (pio-rada diante da Reforma Trabalhista de 2016) e o fortalecimento da agenda econômica ultraliberal. Como resultado, vige a inépcia governamental em três frentes estruturantes: “1) prover renda, especialmente para grupos vulneráveis que provavelmente perderão seus empregos durante o período de crise; 2) fortalecer os sistemas de proteção social para responder ao choque contínuo e 3) adotar políticas setoriais para garantir a sustentabilidade de empresas neste momento e no pós-pandemia (Feliciello e Gava 2020).

Referências

BARBOSA ET. AL. 2020; MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA DA COVID-19: AMPLIAÇÃO DE DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES? NOTAS TÉCNICAS MERCADO DE TRABALHO, N. 69, JULHO DE 2020. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://REPOSITORIO.IPEA.GOV.BR/BITSTREAM/11058/10186/1/BMT_69_MERCDETRABALHO.PDF](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/BMT_69_MERCDETRABALHO.PDF)

COLLADO, L.F.; RODRIGUES, J.M.P.; VALENTIN, A.; MOUNTIAN, A.G. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A CRISE SANITÁRIA. BOLETIM DE POLÍTICAS PÚBLICAS, N.5. OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE

POLÍTICAS PÚBLICAS “PROF. DR. JOSÉ RENATO DE CAMPOS ARAÚJO”.
EACH-USP. SETEMBRO DE 2020. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://SITES.USP.BR/BOLETIMOIPP/WP-
CONTENT/UPLOADS/SITES/823/2020/09/BOLETIM_OIPP_SETEMBRO_
2020-3.PDF](https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2020/09/BOLETIM_OIPP_SETEMBRO_2020-3.pdf). ACESSO EM 10 MAR. 2021.

COSTA, SIMONE DA SILVA. PANDEMIA E DESEMPREGO NO BRASIL.
REV. ADM. PÚBLICA, RIO DE JANEIRO, V. 54, N. 4, P. 969-978, AUG.
2020. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.SCIOLO.BR/SCIOLO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S00
34-76122020000400969&LNG=EN&NRM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400969&lng=en&nrm=iso)

FELICIELLO, D.; GAVA, G. B. ECONOMIA E PANDEMIA: LOCKDOWN,
FLEXIBILIZAÇÃO E DEFESA DA VIDA. CADERNO DE PESQUISA NEPP,
NÚMERO 89, UNICAMP, CAMPINAS: 2020. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.NEPP.UNICAMP.BR/UPLOAD/DOCUMENTS/PUBLICACOE
S/BAB8BEB42DAC07EFE3AB6E7B6EBFCDE9.PDF](https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/bab8beb42dac07efe3ab6e7b6ebfcde9.pdf)

GUIMARÃES, S. S. M. L.; VERBICARO, L. P. MULHERES NEGRAS E O
MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL.
BOLETIM N. 10 – A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL EM TEMPOS DE CRISE.
OUTUBRO DE 2020. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ABA.ABANT.ORG.BR/FILES/20201124_5FBD1361A30D6.
PDF](http://www.aba.abant.org.br/files/20201124_5fbd1361a30d6.pdf)

IDOETA, P. A. PANDEMIA DEVE INTENSIFICAR ABANDONO DE ESCOLA
ENTRE ALUNOS MAIS POBRES. BBC NEWS BRASIL, JULHO DE 2020.
DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BBC.COM/PORTUGUESE/BRASIL-
53476057](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53476057). ACESSO EM 10 MAR. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD-COVID.
2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/ESTATISTICAS/
INVESTIGACOES-EXPERIMENTAIS/ESTATISTICAS-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-)

EXPERIMENTAIS/27946-DIVULGACAO-SEMANAL-PNADCOVID1. ACESSO EM 10 MAR. 2021.

----- . INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/ESTATISTICAS/SOCIAIS/TRABALHO/9171-PESQUISA-NACIONAL-POR-AMOSTRA-DE-DOMICILIOS-CONTINUA-MENSAL.HTML](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html). ACESSO EM 10 MAR. 2021.

----- . INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ACESSO EM 16/12/2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://AGENCIADENOTICIAS.IBGE.GOV.BR/AGENCIA-SALA-DE-IMPRESA/2013-AGENCIA-DE-NOTICIAS/RELEASES/29579-PIB-CRESCE-7-7-NO-3-TRIMESTRE-DE-2020](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29579-pib-cresce-7-7-no-3-trimestre-de-2020). ACESSO EM 10 MAR. 2021.

----- . INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. INDICADORES IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ESPECIAL - MEDIDAS DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL DISPONÍVEL EM: [HTTPS://AGENCIADENOTICIAS.IBGE.GOV.BR/MEDIA/COM_MEDIAIBGE/ARQUIVOS/4341FAE21C3B7643A96D48781ADC3C55.DOC](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/4341FAE21C3B7643A96D48781ADC3C55.DOC) ACESSO EM 19 ABR. 2021.

LEITE, C. K. S.; FONSECA, F. NADANDO CONTRA A MARÉ: IMPACTOS DO GOLPE PARLAMENTAR DE 2016 NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. AGENDA POLÍTICA, v. 06, p. 116-133, 2018.

SABOIA, J.; BAETA, F.; GOMES, G. DESALENTADOS NO BRASIL – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2014/2019. TEXTO PARA DISCUSSÃO 003 | 2020. INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UFRJ. ABRIL DE 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IE.UFRJ.BR/PUBLICACOES-J/TEXTOS-PARA-DISSUSSAO.HTML](https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html). ACESSO EM 10 MAR. 2021.